

Conselho Superior do Ministério Público – CSMP

RELATÓRIO 2010

As Sessões do CSMP

A competência disciplinar e de gestão dos quadros do Ministério Público é exercida por intermédio do Conselho Superior do Ministério Público, através de deliberações tomadas nas sessões plenárias ou secções de classificação e disciplinar.

Cabe, assim, a este órgão, nomeadamente, a colocação, promoção e transferência dos magistrados do Ministério Público, a apreciação do seu mérito profissional e o exercício da acção disciplinar, para além de funcionar como instância de recurso das deliberações do Conselho de Oficiais de Justiça, relativamente aos funcionários do Ministério Público.

Contam-se ainda, nas atribuições do CSMP, a possibilidade de propor ao Ministro da Justiça, por intermédio do Procurador-Geral da República, providências legislativas com vista à eficiência do Ministério Público e ao aperfeiçoamento das instituições judiciais, bem como a de emitir parecer em matéria de organização judiciária e, em geral, de administração da justiça.

Em 2009 o **CSMP realizou 26 reuniões**: 14 em Plenário, 8 em Secção Disciplinar e 4 em Secções de Classificação.

Entradas registadas para o CSMP -----	270
Processos de Inspeção -----	206
Processos de Inquérito -----	35
Processos disciplinares -----	29
Recursos do COJ -----	22

Processos distribuídos a Inspectores:

Inspeções-Plano -----	141
Inspeções a serviços -----	2
Extraordinárias -----	2
Inquéritos-----	44
Processos Disciplinares -----	29

Boletins Informativos

Os 20 boletins informativos relativos ao ano de 2010, com os números 169 a 188, contendo uma súmula das deliberações de cada sessão, encontram-se disponíveis na Página do CSMP na Internet, a que se acede através do endereço www.csmp.pgr.pt

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO

PRESIDENTE

Dr. Fernando José de Matos Pinto Monteiro - PGR

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Dr. Júlio Castro Caldas

Dr. António José Barradas Leitão

Dr. Guilherme da Palma Carlos

Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos

Dr. José António Pinto Ribeiro

MEMBROS DESIGNADOS PELO MINISTRO DA JUSTIÇA

Professora Doutora Maria Fernanda Palma

Professor Doutor Rui Nogueira de Alarcão e Silva

PROCURADORES-GERAIS DISTRITAIS

Dra. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem - Lisboa

Dr. Alberto José Pinto Nogueira - Porto

Dr. Alberto Mário Braga Temido - Coimbra

Dr. Luís Armando Bilro Verão - Évora

MAGISTRADOS ELEITOS PELOS SEUS PARES

Dr. Euclides José Dâmaso Simões – PGA

Dr. Luís António de Almeida Rainha Paes de Faria - PR

Dr. Paulo Eduardo Afonso Gonçalves – PR

Dr. João Paulo Anastácio Centeno – PA

Dra. Lídia Isabel de Aiala Serôdio Pereira - PA

Dra. Edite Paula de Almeida Pinho – PA

Dra. Ana Margarida de Campos Sousa Dinis - PA

COMPOSIÇÃO DAS SECÇÕES DE CLASSIFICAÇÃO

1.ª Secção: Dr. Fernando José de Matos Pinto Monteiro, Dr. Guilherme da Palma Carlos, Dr. José António Pinto Ribeiro, Professora Doutora Maria Fernanda Palma; Dr. Alberto Mário Braga Temido, Dr. Luís Armando Bilro Verão, Dr. Euclides José Dâmaso Simões, Dr. Paulo Eduardo Afonso Gonçalves, Dr. João Paulo Anastácio Centeno e Dra. Edite Paula de Almeida Pinho;

2.ª Secção: Dr. Fernando José de Matos Pinto Monteiro, Dr. Júlio Castro Caldas, Dr. António José Barradas Leitão, Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos, Professor Doutor Rui Nogueira de Alarcão e Silva, Dra. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Dr. Alberto José Pinto Nogueira, Dr. Luís António de Almeida Rainha Paes de Faria, Dra. Lídia Isabel de Aiala Seródio Pereira e Dra. Ana Margarida de Campos Sousa Dinis;

COMPOSIÇÃO DA SECÇÃO DISCIPLINAR

Secção Disciplinar: Dr. Fernando José de Matos Pinto Monteiro, Dr. Júlio Castro Caldas, Dr. António José Barradas Leitão, Dr. Guilherme Victorino Guimarães da Palma Carlos, Professor Doutor Rui Nogueira de Alarcão e Silva, Dra. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Dr. Alberto José Pinto Nogueira, Dr. Euclides José Dâmaso Simões, Dr. Paulo Eduardo Afonso Gonçalves, Dr. João Paulo Anastácio Centeno e Dra. Lídia Pereira.

RELATOS

As deliberações do Conselho são, por norma, tomadas através da aprovação de um acórdão.

As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, cabendo ao Procurador-Geral da República voto de qualidade.

Para a validade das deliberações exige-se a presença de um mínimo de 13 membros do Conselho ou, no caso das secções, de um mínimo de sete membros.

Os projectos de acórdão são elaborados por um Vogal do Conselho, designado como Relator, nomeado nos termos do artigo 30º do Estatuto do Ministério Público e artigo 16º do Regulamento Interno da Procuradoria-Geral da República (publicado na 2ª série do DR, nº 50, em 28/02/2002).

Durante o ano de 2010 cada vogal relatou, no Plenário, Secção Disciplinar e Secções de Classificação, o seguinte número de Acórdãos:

Dr. António José Barradas Leitão -----	96
Dr. Paulo Eduardo Afonso Gonçalves-----	80
Dr. João Paulo Anastácio Centeno -----	23
Drª Francisca Van Dunem-----	13
Dr. Alberto Mário Braga Temido -----	12
Dr. Luís Armando Bilro Verão -----	12
Dr. António Luís Paes de Faria -----	10
Dr. Euclides José Dâmaso Simões -----	9

Dr ^a Lídia Serôdio Pereira -----	7
Dr. Alberto Pinto Nogueira -----	5
Dr ^a Ana de Sousa Dinis -----	5
Dr ^a Edite Paula de Almeida Pinho-----	4
Dr. Júlio Castro Caldas-----	1

PARECERES

A Assembleia da República e o Governo solicitam ao Conselho Superior do Ministério Público, no cumprimento de obrigações legais, a emissão de pareceres, ou de comentários e sugestões, relativos a projectos ou propostas de diplomas legislativos, relativos à área da justiça e à organização judiciária.

Pareceres do CSMP emitidos em 2010

«Proposta de Lei que altera o Estatuto dos Magistrados Judiciais e Estatuto dos Magistrados do Ministério Público»

Relatora Dra. **Francisca Van Dunem**.

Proposta de Lei 42//XI/1.^a (GOV) *«Orçamento do Estado para 2011»*

Relatora Dra. **Francisca Van Dunem**.

Anteprojecto de Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais – MJ

Relatora Dra. **Francisca Van Dunem**

Projecto de Proposta de lei que altera a Lei n.º 78/2001 – Julgados de Paz – MJ

Relator Dr. **Barradas Leitão**

Anteprojecto de Proposta de lei que altera o Regulamento das Custas Processuais – MJ

Relator Dr. **Barradas Leitão**

Projecto de Reforma da Acção Executiva – MJ

Relatores Dr. **Barradas Leitão** e Dr. **Guilherme da Palma Carlos**

Regime Jurídico do Processo de Inventário – AR

Relator Dr. **Barradas Leitão**

Alteração à Portaria n.º 114/2008 que regula a tramitação electrónica dos processos judiciais

Relator Dr. **Barradas Leitão**

Proposta de Lei n.º 32/XI/1.^a (GOV) – AR – Projecto de proposta de Lei que cria um tribunal de competência especializada

Relator Dr. **Barradas Leitão**

Projecto de Lei n.º 426/XI/2.^a - Alteração ao Código de Processo Civil

Relator Dr. **Barradas Leitão**

Projectos de Lei n.ºs 249/XI/1.^a e 246/XI/1.^a - Fixa um regime de férias judiciais e altera o período das férias judiciais revoga Decreto-Lei n.º 35/2010 de 15 de Abril – AR

Relator Dr. **Barradas Leitão**

Projecto de Decreto-lei de criação de tribunais de competência especializada (GOV) –

Relator Dr. **Barradas Leitão**

Avaliação das Comarcas Piloto – Março de 2010

Relator Dr. **Barradas Leitão**

Alteração da duração das férias judiciais (PL 29/XI/1^a e PL 276/XI/1^a)

Relator Dr. **Barradas Leitão**

Alteração do regime jurídico das uniões de facto (PL 225/X/1^a, 259/X/1^a, 280/XI/1^a)

Relator Dr. **Barradas Leitão**

Alteração à Lei Geral Tributária (PL 216/XI/1^a)

Relator Dr. **Barradas Leitão**

Criação de Juízos Liquidatários nos Tribunais Administrativos e Fiscais (GOV)

Relator Dr. **Barradas Leitão**

Providências cautelares relativas a fornecimento de serviços públicos essenciais (AR)

Relator Dr. **Barradas Leitão**

Proposta de Lei n.º 36/XI/1.^a (GOV) e Projecto de Lei n.º 412/XI/2^a (CDS-PP)- AR

Relator Dr. **Castro Caldas**

Projecto de Proposta de Lei que altera o Código de Processo Penal – MJ

Relator Dr. **Luís Verão**

Projecto de Proposta de Lei que visa alterar a Lei de Combate ao Terrorismo – MJ

Relator Dr. **Luís Verão**

Projecto de Decreto-Lei (SICO) – AR

Relator Dr. **João Paulo Centeno**

Proposta de Lei de Regulação dos Meios Técnicos (Vigilância electrónica)

Relator Dr. **Pinto Nogueira**

Proposta de Lei n.º 40/XI/1.^a (GOV) – SIMPLEGIS – AR

Relator Dr. **Paulo Gonçalves**

TOTAL = 24

ACTIVIDADE DO PLENÁRIO

Em 2010, nas 14 sessões do CSMP em Plenário, para além da discussão e deliberação sobre o plano de actividades do CEJ para 2010/11, relatórios intercalares de estagiários, revisão do Regulamento de Inspeções, revisão do Estatuto do Ministério Público, lista de Antiguidade dos Magistrados do MP, Movimento de Magistrados do MP, e plano de inspeções para 2011, foi realizada a seguinte actividade processual:

Reclamações apreciadas-----	23
Outros processos -----	52
Determinada a instauração de inquérito pelo CSMP -----	2
Recursos do COJ decididos -----	22
Autorização para renovações de comissões de serviço -----	18
Autorização de comissões de serviço -----	12
Autorização de prorrogação da suspensão de jubilação -----	2
Requerimentos de pedidos de acumulação de funções -----	17

TEMAS DE ORDEM GERAL

Realizaram-se também várias reuniões para discussão de temas de ordem geral, nos termos do nº5, do artigo 12º do Regulamento Interno da Procuradoria-Geral da República, designadamente:

Temas jurídicos diversos (02/03/2010)

Situação do Ministério Público (10.09.2010)

Estatuto do Ministério Público (várias sessões)

Regulamento de Inspeções (várias sessões)

ACTIVIDADE DA SECÇÃO DISCIPLINAR

Em 2010, nas 8 sessões do CSMP em Secção Disciplinar, resultou a aplicação de **31 penas disciplinares**, a seguir indicadas:

- 5 penas de aposentação compulsiva
- 13 penas de multa (total de 173 dias de multa)
- 13 penas de advertência

CLASSIFICAÇÕES ATRIBUÍDAS NAS SECÇÕES DE CLASSIFICAÇÃO

Em 2010 foram 4 as sessões do Conselho Superior do Ministério Público em secções de classificação.

Foram atribuídas 86 classificações a Magistrados.

Segue quadro com as classificações atribuídas no conjunto das duas secções:

CLASSIFICAÇÕES

Procuradores da República

MUITO BOM	17
BOM COM DISTINÇÃO	5
BOM	1
SUFICIENTE	1
Total	24

Procuradores-Adjuntos

MUITO BOM	21
BOM COM DISTINÇÃO	25
BOM	10
SUFICIENTE	6
Total	62

GRÁFICO COMPARATIVO DO NÚMERO DE SANÇÕES DISCIPLINARES APLICADAS NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS

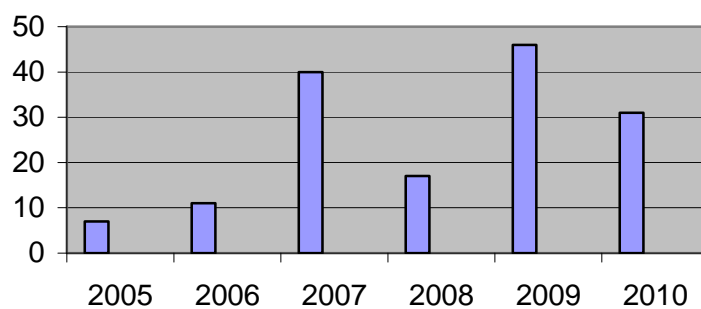


GRÁFICO COMPARATIVO DO NÚMERO DE CLASSIFICAÇÕES DE SERVIÇO ATRIBUIDAS NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS

